



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações a criação de obras derivadas 3.0 Unported.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar crédito ao autor.

Não Comercial — Você não pode usar o material para fins comerciais.

Sem Derivações — Você não pode remixar, transformar ou criar a partir do material.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 3.0 Unported License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit.

NonCommercial — You may not use the material for commercial purposes.

NoDerivatives — You cannot remix, transform, or build upon the material.

Acesso à alimentação como direito social no Brasil: implicações para a sociedade e para o sistema nacional de informações* */ Access to food as a social right in Brazil: implications for the society and for the national information system*

NEWTON NARCISO GOMES JUNIOR**
LAVÍNIA DAVIS RANGEL PESSANHA***
PAULO VICENTE MITCHELL****

Resumo: A Emenda Constitucional 64/2010 garantiu Direito Humano à Alimentação como direito básico e social, alterando o Artigo 6º da Constituição Federal. O artigo analisa as significativas implicações desta alteração na gestão das políticas públicas brasileiras. Ao assegurar o Direito à Alimentação como direito básico e social, a Carta constituiu um dever, ou uma obrigação positiva do Estado brasileiro. O artigo discute também o significado desta mudança para o sistema brasileiro de informações, argumentando que já existem fontes de dados e sistema de indicadores construídos para o monitoramento consistente das situações de (in)segurança alimentar e nutricional no país, restando agora ao governo federal e aos gestores do Sistema Brasileiro de Informações Estatísticas e Geográficas definir a regularidade e a frequência da aplicação e divulgação destes instrumentos. Nossa atenção se concentrará basicamente

* O conteúdo reflete a opinião do pesquisador e não a posição oficial da instituição sobre o assunto.

** Economista, professor adjunto do Depto de Serviço Social da UnB. E-mail: swnewtongomes@gmail.com

*** Pesquisadora do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - ENCE/IBGE. E-mail: lavinia.pessanha@ibge.gov.br

**** Analista de Sistemas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - ENCE/IBGE. E-mail: paulo.mitchell@ibge.gov.br

nas possibilidades de uso da Pesquisa de Orçamentos Familiares e da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar como fontes de dados.

Palavras-chave: Direito Humano à Alimentação. Direitos sociais. Sistema de informações estatísticas. Indicadores sociais.

Abstract: The Constitutional Amendment number 64/2010 ensured the Human Right to food as a social and basic right altering the 6th Article of the Brazilian Federal Constitution. This article discusses the significance of this inclusion of the Human Right to Food in the Federal Constitution and its effects on the management of the public policies and also on the Brazilian system of information, arguing that there are already data sources and indicator systems constructed for the consistent monitoring of situations of food (un)safety and nutrition in the country, leading the federal government and now the managers of the Brazilian Statistical and Geographical Information System – SBSEG - to define the regularity and frequency of application and dissemination of these instruments

Keywords: Human Right to Food. Brazilian Fundamental Law. Food and Nutritional Safety.

Introdução

A partir de 2010 a alimentação no Brasil alcançou o estatuto de Direito Social Básico e, como tal, deixou definitivamente a esfera que ocupava no plano dos programas de governo, sempre sujeitos às alterações e trocas de posições de prioridade em decorrência das alterações de orientação política que soem acontecer na rotatividade do poder nas democracias contemporâneas. De agora em diante, ao invés das incertezas que a condição de um dos pontos da agenda política de governo sempre lhe impôs, a alimentação ascendeu à condição de Direito Social Básico e, sob essa égide, adentrou no plano daquelas funções precípuas do Estado. Em outros termos, garantir o acesso de todos os brasileiros a uma

alimentação consoante com as necessidades físicas e sociais é dever irretorquível do Estado no Brasil.

Este artigo discute o significado desta mudança para o sistema brasileiro de informações, argumentando que já existem fontes de dados e sistema de indicadores construídos para o monitoramento consistente das situações de (in)segurança alimentar e nutricional no país, restando agora ao governo federal e aos gestores do Sistema Brasileiro de Informações Estatísticas e Geográficas definir a regularidade e a frequência da aplicação e divulgação destes instrumentos, ponto de partida para orientar as ações que resultem na consecução do Direito Humano à Alimentação (DHA).

Para dar conta dessa intenção aqui anunciada, dividimos essa reflexão em três seções, além desta introdução e da conclusão. Assim, na primeira seção discutimos o significado do direito à alimentação como direito social constitucional no Brasil para a sociedade como um todo, mas principalmente para as ações do Estado e para a gestão das políticas públicas, no campo da alimentação e da garantia dos direitos básicos. Na segunda seção realizamos uma rápida comparação entre os distintos métodos de aferição da segurança alimentar e da fome. Por fim, na terceira seção discutimos as possibilidades de uso das bases de dados nacionais para a mensuração da segurança alimentar e nutricional e de construção de indicadores a partir do seu uso, por intermédio das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) e das Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNAD). Na conclusão, os autores apresentam a sua visão sobre a questão do uso dos indicadores para mensuração e monitoramento da insegurança alimentar no país, que não necessariamente refletem àquelas das instituições a que estão vinculados, sendo apresentadas, em seguida, as referências bibliográficas utilizadas.

O Direito Humano à Alimentação como Direito Social Constitucional e seus desdobramentos

A Emenda Constitucional 64/2010 que alterou o Artigo 6º da Constituição Federal, introduzindo o Direito Humano à Alimentação como direito básico, portanto, irretorquível quanto à responsabilidade do Estado na garantia de sua fruição por todos os cidadãos, independente de quaisquer condições ou restrições, deve ser tomada como uma vitória dos que vêm se empenhando na luta para que os brasileiros exerçam seu direito de viver uma vida com sentido.

Ao abrigar o Direito Humano à Alimentação (DHA) no texto constitucional, o Estado assume como parte de seus deveres precípuos garantir que cada cidadão brasileiro, sem sacrifício ou restrição dos demais direitos básicos, tenha acesso regular e permanente aos alimentos nas quantidades e com as qualidades requeridas para o atendimento adequado das necessidades de cada um, sem desconsiderar aspectos históricos, sociais e culturais envolvidos com as práticas e hábitos alimentares da população. A garantia do DHA significa conferir à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a condição de princípio orientador da ação do Estado (PESSANHA; GOMES; MITCHELL, 2009).

Nessa condição de princípio orientador, a noção de Segurança Alimentar e Nutricional ultrapassa os limites que a aprisionam quando o conceito é assumido como associado à ideia rasa de garantia de acesso aos alimentos pelo viés da quantidade e da nutrição, ou seja, apenas pela ótica do suprimento das necessidades fisiológicas do organismo. Na dimensão constitucional, o significado de alimentação adequada abrange da produção e disponibilidade suficiente de alimentos para atender toda a demanda da sociedade à garantia efetiva de acesso das pessoas a essa comida, da sustentabilidade e controle da base genética, da dimensão do alimento seguro ao exercício da

soberania alimentar, quer seja sob o ponto de vista da produção e processamento, quer seja na defesa de práticas e hábitos alimentares tradicionais e que preservem a cultura e história de nosso povo (PESSANHA, 2004).

Não obstante esse significado ampliado para a Segurança Alimentar e Nutricional ser aquele com o qual os pesquisadores e estudiosos do tema lidam nas suas reflexões, o senso comum e as conveniências, especialmente aquelas nascidas do pragmatismo que tende a orientar iniciativas governamentais, sempre preferiram associá-la exclusivamente às situações de pobreza e fome. Tomada a partir dessas duas condicionantes, a noção de SAN tende a ser compreendida na sua realização a partir da garantia de um mínimo suficiente para que o indivíduo não venha a perecer de fome ou de agravos dela decorrentes.

Por outro lado, quando a condição de segurança alimentar e nutricional reflete a plena realização do Direito Humano à Alimentação (DHA), seu significado desborda da dimensão dos mínimos e ingressa no campo dos requerimentos imprescindíveis, ou seja, aqueles que, se não adequadamente preenchidos, implicam em risco grave à condição humana.

Enquanto a dimensão dos mínimos orienta para garantias de vida no limiar da desproteção, a ideia de básico evoca não uma condição a ser preenchida, mas um conjunto de condições traduzidas como os requerimentos para a satisfação adequada das necessidades humanas, conjunto de condições indissociáveis e que sustentam a condição de humanidade. Destarte, a ideia de direitos básicos não comporta qualquer restrição que possa afetar a sua integralidade. Aceitar essa possibilidade implicaria em enfraquecer a dimensão de imprescindibilidade que os caracteriza e que aponta, na falha do atendimento dos conteúdos que os substantivam, para a exposição do indivíduo a um grave risco de vida. Em outros termos, a noção de vida abarcada por tais

direitos remete para a realização plena dos requerimentos de saúde, capacidade de agência e autonomia crítica, portanto, muito além da mera sobrevivência que revela uma condição subhumana de vida (PEREIRA, 2007).

O Direito Humano à Alimentação (DHA) como direito básico enfraquece, se não esgota, o entendimento da possibilidade de sua realização pelo viés dos mínimos. Assim como acontece com os demais direitos dessa cepa, como o direito ao trabalho, saúde, educação e habitação, entre outros, as falhas no atendimento dos requerimentos exigidos para a sua fruição de agora em diante podem ser apontadas como descumprimento dos deveres do Estado, e as consequências daí advindas podem ser tratadas, pela exposição deliberada do cidadão a reais riscos de vida, como “terrorismo de Estado” (MATSUMOTO, 2009).

É fato que a inclusão do DHA na Constituição não representa a solução para a insegurança alimentar e nutricional multifacetada que atinge a quase totalidade da população brasileira. Não obstante estarem os demais direitos básicos assegurados na Carta, até agora o Estado não logrou produzir as condições para a sua consecução.

Parece ser, em razão disso, que alguns demonstraram ceticismo quanto à inclusão da alimentação como direito abrigado no Artigo 6º da nossa Carta Magna, no que se refere à sua realização efetiva. Contudo, a vitória da pressão do movimento social para a inclusão da alimentação como direito fundamental implicou na elevação de uma condição instável de diretriz de governo, que qualificava até então esse direito, para o patamar dos deveres precípuos do Estado.

Assim compreendido, o Direito Humano à Alimentação na sua condição de integrante dos Direitos Básicos garantidos pela Constituição representa um importante reforço à luta para

a construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Não se trata de imaginar que a mera mudança de condição desse direito seja suficiente para alterar o quadro grave de insegurança alimentar no país. A precariedade da vida de amplos setores da nossa sociedade é uma demonstração cabal de que entre a intenção e o gesto segue existindo vasta distância.

Portanto, a inclusão do Direito Humano à Alimentação no campo das garantias constitucionais representa uma vitória para os movimentos sociais que lutavam por isso desde os anos 1980. A partir dessa nova situação, as falhas na garantia de uma alimentação regular, permanente e adequada às necessidades dos indivíduos, respeitadas a sua história e cultura, representarão uma grave violação dos deveres do Estado e, portanto, o mesmo deverá ser responsabilizado pelas consequências advindas deste ato. De agora em diante, no Brasil, a não garantia da alimentação para todos foi elevada à condição de violação constitucional e os responsáveis por isso devem responder perante a Justiça.

Comparação entre os Diferentes Métodos de Aferição da Segurança Alimentar e da Fome

A abordagem de um problema multifacetado como a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) demanda o emprego de diferentes métodos, o que requer o envolvimento de profissionais de diferentes áreas, sendo regidos por uma técnica de pesquisa que vise a qualidade final das estatísticas. A finalidade da seção é recuperar rapidamente as potencialidades e as limitações das estatísticas e dos métodos de avaliação da SAN, analisados cinco métodos: método da *Food Agriculture Organization (FAO)*¹, pesquisas de orçamentos domésticos, pesquisas de ingestão individual de alimentos, pesquisas antropométricas e pesquisas de percepção de

¹ Organismo das Nações Unidas (ONU) voltado para a temática e políticas de combate à fome no mundo.

insegurança alimentar e fome, com base em revisão de bibliografia internacional nacional.

O “Simpósio Científico Internacional sobre Mensuração e Avaliação da Privação de Alimentos e Subnutrição” analisou os cinco tipos de métodos utilizados para avaliar a magnitude da fome e da desnutrição. Esses métodos esquadrinham diferentes aspectos da fome e seus efeitos e se propõem a cobrir diferentes dimensões da SAN, a saber: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade de acesso ou vulnerabilidade (FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION, 2002).

Três dos métodos – o método da FAO, as pesquisas de orçamentos domésticos e as pesquisas de ingestão individual – estimam o consumo de alimentos e tentam relacioná-lo às necessidades energéticas dos indivíduos e/ou das populações. O quarto método mede os efeitos físicos da assimilação dos alimentos sobre o crescimento e a adequação do peso (antropometria), enquanto o quinto avalia as percepções da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) e da fome e a resposta comportamental decorrente (métodos qualitativos) (MASON, 2002).

Os debates que tiveram lugar no Simpósio da FAO (2002) se ocuparam, em grande medida, com a forma como são utilizados os indicadores e com as características que estes deveriam idealmente apresentar a fim de elevar sua utilidade e confiabilidade. Dentre as propriedades examinadas, a validade e a confiabilidade foram consideradas as características essenciais. Considera-se essencial que um indicador meça com precisão o que se propõe a medir e que esta medida possa ser repetida em outras amostras. Houve amplo consenso em relação à importância dos indicadores sinalizarem corretamente as tendências, além de fornecer dados sobre a distribuição da fome em determinado momento. A comparação de tendências entre países é importante, mas ainda mais importante é a comparação de tendências entre momentos distintos de um mesmo país.

O método da FAO tem a vantagem de prover, com facilidade e a baixo custo, informação atualizada, comparável com a maioria dos países em desenvolvimento e útil na identificação de tendências. Por isso, a estimativa desse organismo internacional foi designada para a supervisão do número de pessoas subnutridas com vistas ao cumprimento da meta da Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, sendo importante na tomada de decisão em nível nacional e global. Todavia, tendo-se em conta que a Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) é cada vez menos uma questão de disponibilidade global de alimentos² e, à luz de sua progressiva concentração em regiões ou grupos dentro dos países, existe grande demanda de informação intranacional. O método é aplicável a grupos intranacionais de população, através do uso de dados de pesquisas de orçamentos domésticos, mas não permite estimar dados desagregados para grupos ou categorias de população. O balanço de alimentos pode ser utilizado ainda para avaliar a qualidade da alimentação e outros aspectos relacionados, por exemplo, através da informação da disponibilidade de micronutrientes no nível nacional (FAO 2002).

Mason (2002) Osmani (2002) sintetizam os atributos dos cinco métodos utilizados para avaliação da fome e da desnutrição : 1 - Os diferentes métodos de avaliação examinados por ocasião do Simpósio não concorrem entre si, mas são aproximações complementares que permitem captar diversos aspectos de um conceito multidimensional; 2 - As avaliações devem focar as tendências que os indicadores mostram, através de análise temporal de resultados. Para Osmani, considerando a margem de erro inerente à estimação empírica de parâmetros utilizados para a avaliação, isto é sensato. O uso sistemático da mesma metodologia em estimativas sucessivas gera resultados cada vez mais confiáveis

² Não obstante em muitas regiões as limitações da oferta de alimentos ainda definirem níveis relevantes de Insegurança Alimentar, o fator determinante tem sido a insegurança alimentar decorrente das restrições de acesso aos alimentos em função de assimetrias da renda disponível e dos preços no mercado internacionais.

e, para fins estratégicos, a tendência é o que mais importa; 3 - O foco das avaliações deve ser ampliado para incluir tendências na ingestão de micronutrientes e, em menor medida, de proteínas, além das medidas habituais de energia alimentar.

Para Osmani (2002), os cinco métodos deveriam ser vistos como aproximações complementares que permitem captar diversos aspectos de um conceito multidimensional. Em sua visão, esses métodos medem aspectos diferentes da noção de privação de alimentos e se agrupam em dois níveis. Um primeiro nível que capta a privação decorrente de uma ingestão insuficiente de alimentos e outro que registra a privação ocasionada por um aproveitamento deficitário em nível celular. A privação alimentar, no sentido usual de ingestão insuficiente de nutrientes, pode ser estimada quantitativamente pelos métodos da FAO, das pesquisas de orçamentos domésticos e das pesquisas de ingestão individual, ou captada qualitativamente por pesquisas subjetivas que avaliam a percepção das pessoas em relação a essa privação. A desnutrição no nível celular, isto é, no nível em que se dá o efetivo aproveitamento pelo organismo, é medida pela antropometria.

As pesquisas de percepção, em seus aspectos subjetivos, captam a sensação de privação relatada pelos indivíduos. Desta forma, mesmo não havendo privação na ingestão de nutrientes, esta pode ser experimentada pelo indivíduo por influência de sua inserção social. Segundo Osmani (2002), toda avaliação qualitativa da percepção de privação por parte de um indivíduo é influenciada por sua posição relativa na sociedade.

Embora Mason (2002) argumente que a antropometria, por captar tanto fatores alimentares como ambientais da privação nutricional (decorrentes de problemas de saúde e ou de falta de saneamento básico entre outros), tenderia a apontar uma prevalência de desnutrição superior aos demais métodos

quantitativos, Osmani (2002) adverte que outros fatores devem ser considerados. Segundo o autor, a antropometria, por ser mais abrangente, torna-se mais sensível, todavia não necessariamente mais acurada. Medidas antropométricas podem não refletir a adequação nutricional, uma vez que tanto podem ocorrer privações nutricionais que não ocasionem déficits antropométricos como déficits antropométricos que não decorram de ingestão insuficiente de alimentos.

Nas situações de privação, o organismo, em especial o das crianças, tende a economizar energia como forma de proteger suas funções vitais. Nestas situações, a ingestão insuficiente não causará déficits antropométricos, só podendo ser captada pelos demais métodos. A existência de déficits antropométricos, por outro lado, pode estar relacionada a problemas de saúde e não à ingestão insuficiente de nutrientes. Estas situações requerem informações complementares de saúde e saneamento para, uma vez confrontadas, permitirem a adequada interpretação das causas.

Por último, Osmani (2002) enfatiza a importância de reconhecer que os cinco métodos, ao invés de medir diferentes aspectos da fome, medem diferentes aspectos da privação alimentar. E esclarece que esse entendimento é fundamental à formulação de políticas públicas adequadas. Nos casos de privação em nível celular, apontada por indicadores antropométricos, o problema pode não ser de ingestão, mas de aproveitamento dos alimentos, demandando políticas de saúde e saneamento. Já as situações de privação apontadas pelos outros métodos, em princípio, podem ser resolvidas pela garantia de acesso.

Segundo Perez-Escamilla (2005), é muito importante reconhecer que todos os métodos têm problemas de medida, seja pela dificuldade na coleta dos dados seja porque o indicador, apesar

de ser muito objetivo, não capta bem o fenômeno da Insegurança Alimentar e Nutricional. As pesquisas de ingestão individual de alimentos, por exemplo, em busca de medidas muito precisas, podem ser invasivas a ponto de mudar o padrão alimentar do entrevistado durante o período de avaliação. As medidas obtidas, por sua vez, não refletem apenas a insegurança alimentar, mas também o estado de saúde das pessoas. Além disso, a INSAN aparece associada tanto com a obesidade como com o baixo peso. Vale ressaltar que a antropometria ultrapassa os limites do déficit alimentar, captando também a epidemia de obesidade da transição nutricional.

Em virtude da classificação dos países segundo a prevalência de insegurança alimentar em um dado momento envolver problemas de difícil solução, durante os debates se ratificou a necessidade de focar as tendências, ao invés das magnitudes. O fato de enfocar as tendências não só permite contornar esses problemas, mas também, e sobretudo, se revela mais útil aos responsáveis por políticas públicas que, com frequência, se interessam mais por tendências do que por valores absolutos (FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION,2002).

O principal consenso emerso do Simpósio foi que nenhuma medida isolada é capaz, de apreender todos as dimensões da insegurança alimentar e da fome e, ao mesmo tempo, municiar os responsáveis por políticas públicas com informação oportuna e pertinente de forma eficiente e eficaz em função de custos (FAO,2002). Foi sugerido que é necessário um conjunto de indicadores para cobrir as diferentes dimensões de segurança alimentar: disponibilidade, acesso, utilização estabilidade. Desta forma, o método da FAO mediria a disponibilidade alimentar, as pesquisas de orçamentos domésticos e de ingestão individual de alimentos o acesso aos alimentos, o método antropométrico a utilização dos alimentos e o método qualitativo a estabilidade de

acesso ou vulnerabilidade à insegurança alimentar (FAO, 2002). É de se esperar que os indicadores apontem tendências na mesma direção, validando tendências indicadas por outros métodos tendo em conta conceitos e valores limites correspondentes (MASON, 2002).

Uma vantagem de utilizar um sistema de “múltiplos indicadores” é que as tendências dos indicadores podem ser observadas para determinar possíveis causas da fome e, assim, prover orientação para as políticas públicas (FAO, 2002). Um sistema de múltiplos indicadores, por contemplar diferentes “visões da fome”, tem em seu favor um potencial para arregimentar atores de várias formações e correntes de pensamento.

Ao final do documento do Simpósio, Mason (2002) apresenta as seguintes recomendações: 1- Privilegiar a avaliação de tendências, tomando como base modelos de indicadores pertinentes que captem as diferentes dimensões de fome; 2 - Estimar as tendências globais e regionais, com alguns anos de intervalo, aplicando os métodos da FAO atualmente aplicados e realizando avaliações mais detalhadas em determinados países, através de pesquisas individuais e domiciliares; 3 - Desenvolver métodos qualitativos em contextos locais e começar a utilizá-los como módulos em outras pesquisas; 4 - Utilizar estudos em pequena escala para as pesquisas estratégicas e de causalidade; e 5 - Assegurar uma distribuição equilibrada de recursos em função dos resultados requeridos e da necessidade de tomar decisões.

Possibilidades de Uso das Bases de Dados Nacionais para a Mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

O sistema de pesquisas domiciliares é composto por um conjunto de pesquisas realizadas por amostra de domicílios, que

atualmente inclui a características de pessoas, famílias e domicílios que são pesquisados, com o objetivo de fornecer subsídios para o monitoramento e a avaliação do desenvolvimento social e econômico do país. O detalhamento e a periodicidade dos processos de coleta de informações e divulgação dos resultados são planejados de acordo com as necessidades de informação definida pelos gestores do sistema, sendo os usuários das informações envolvidos no processo. Atualmente, este sistema se encontra em reformulação, pois em 2006 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trouxe a público o “Projeto de Reformulação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares”. O referido projeto introduz e sugere uma série mudanças nas principais pesquisas domiciliares: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a nova Pesquisa da Economia Informal Urbana (ECINF). Uma vez completado o ciclo de reformulação, as pesquisas serão conduzidas de forma associada e os temas serão investigados como parte de um sistema unificado de pesquisas e indicadores socioeconômicos e demográficos, que atenderá o conjunto da sociedade brasileira de modo mais harmonizado³.

Nesta seção, discutimos as possibilidades de uso de duas fontes de dados disponibilizadas pelo IBGE para a mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Pesquisa de Orçamentos Familiares, Condições de Vida e Segurança Alimentar e Nutricional da Família

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF tem como objetivo principal investigar a estrutura de consumo, dos gastos,

³ Para maiores informações, ver: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd>

dos rendimentos e de uma parcela da variação do patrimônio das famílias. Atualmente, a POF atende a múltiplos propósitos. No campo das políticas sociais, averigua informações necessárias ao monitorar as condições de vida da população nos campos da nutrição, orientação alimentar, saúde e moradia, entre outros itens.

Cabe ressaltar que a primeira iniciativa com tais objetivos ficou a cargo do Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF, no período 1974-1975, que efetivamente mediu o consumo alimentar das famílias pesquisadas e serviu como ponto de partida para a estruturação das subsequentes pesquisas de orçamentos familiares. A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF teve sua concepção e desenho marcados por seu principal objetivo: a atualização do custo das cestas básicas e das estruturas de ponderação de preços, utilizadas na construção dos Índices Nacionais de Preços ao Consumidor (ROCHA, 2003; SILVA, 2000). Este é o objetivo das edições 1987-1988 e POF 1995-1996 da pesquisa. As edições 2002-2003 e 2008-2009 agregaram a esse objetivo inicial indicadores e instrumentos que ampliaram o espectro de cobertura da POF, sendo que a versão 2008-2009 avançou significativamente na direção de retomar medições que até então ainda eram exclusivas da pesquisa ENDEF.⁴

As informações disponíveis são aplicadas em diferentes áreas: a) atualização das estruturas de ponderações utilizadas na construção de índices de preços ao consumidor; b) atualização das estimativas de consumo nas contas nacionais e regionais; c) definição de linhas de indigência e linhas de pobreza; d) construção de bases de dados e indicadores para mensuração e análise da pobreza, da desigualdade e da insegurança alimentar; f) estudos de potencial de mercados consumidores; g) gestão de políticas públicas para a melhoria das condições de vida; e h) ações públicas nos campos da segurança alimentar, nutrição e saúde.

⁴ Sobre as novas dimensões da POF 2008/2009 ver: <www.ibge.gov.br>

A cobertura das pesquisas foi gradativamente ampliada. O Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF - 1974-1975 realizou cobertura territorial nacional, exceto para as áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste. As edições 1987/88 e 1995/96 foram realizadas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no município de Goiânia e no Distrito Federal. As edições 2002-2003 e 2008-2009 têm abrangência geográfica nacional, incluindo as áreas urbanas e rurais. O planejamento da amostra da edição 2008-2009 utilizou como base a estrutura do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, integrando a amostra mestra deste sistema, extraída da divisão territorial e da malha setorial do Censo Demográfico 2000 (FREITAS et. al., 2010).

De especial interesse aqui são os elementos providos pela Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF para a avaliação nutricional. As informações acerca da despesa com gêneros alimentícios, em especial, são de grande valia não só na construção de cestas básicas de alimentos, mas ainda na definição de linhas de indigência, utilizadas como medida de pobreza, sob a ótica da renda. A mensuração da aquisição de alimentos, preços ou quantidades é frequentemente utilizada como *proxy* da ingestão na avaliação de práticas alimentares e na adequação da dieta em termos calóricos e nutricionais (SILVA, 2000).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF permite avaliar o consumo alimentar de forma indireta, por meio da estimativa das despesas efetuadas com a aquisição de alimentos para consumo, utilizada no domicílio ou realizada e consumida fora do domicílio. As diversas edições da pesquisa são uma fonte de dados sobre a composição da dieta, já que empregam uma metodologia padronizada de coleta de dados, utilizam amostragem probabilística, são periódicas e incluem a mensuração de características socioeconômicas (LEVY-COSTA, et. al., 2005).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF aceita a comparação da estrutura de consumo e gastos com a alimentação e com os gastos gerais das famílias, de acordo com diferentes recortes analíticos, tais como classes de rendimentos, as disparidades regionais, áreas urbana e rural e características da família (ROCHA, 2003; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a). Deste modo, o instrumento de pesquisa é reconhecidamente eficaz e de baixo custo relativo para a obtenção de informações sobre a alimentação das famílias brasileiras (CAVALCANTE; PRIORE; FRANCESCHINI, 2004; LEVY-COSTA et. al., 2005).

Diversos temas que integram as edições 2002-2003 e 2008-2009 são de especial interesse no estudo da insegurança alimentar. Dentre outros, convém destacarmos: a) alimentação dentro e fora do domicílio; b) aquisição, disponibilidade e ingestão de alimentos; c) adequação do consumo alimentar no domicílio; d) adequação do padrão alimentar no domicílio; e e) avaliação do estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos. Deste modo, as duas bases de dados disponíveis permitem a construção de indicadores para o acompanhamento de diversas dimensões da segurança alimentar e nutricional.

Os instrumentos de coleta da pesquisa são organizados de acordo com uma categorização das informações a serem pesquisadas, com o seguinte ordenamento: 1 - características do domicílio e dos moradores; 2 - questionário de aquisição coletiva; 3 - caderneta de aquisição coletiva; 4 - questionário de aquisição individual; 5 - questionário de trabalho e rendimento individual; 6 - avaliação das condições de vida; 7 - bloco de consumo alimentar pessoal.

O questionário 6, inserido nas edições 2002-2003 e 2008-2009, capta informações de caráter subjetivo sobre as condições

de vida dos moradores na ocasião da entrevista, sendo inquirida a opinião do informante sobre a quantidade e qualidade dos alimentos para consumo pela família.

Na edição Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009, a novidade foi a inclusão do questionário 7, no qual foram coletadas informações referentes ao consumo alimentar efetivo de cada morador com 10 anos ou mais de idade no domicílio. Este questionário foi aplicado em uma subamostra aleatória de domicílios selecionados da amostra total da pesquisa. Contudo, os resultados deste questionário ainda não foram divulgados ao público.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e o Suplemento de Segurança Alimentar

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD deu início ao sistema de pesquisas domiciliares, implantado em 1967, com o objetivo de produzir informações para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Esta pesquisa averigua permanentemente características socioeconômicas gerais da população, tais como educação, trabalho, rendimento e habitação. Outros temas são investigados em periodicidade variável, tais como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde e, de nosso especial interesse, a segurança alimentar.

A PNAD teve resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. Em 1971, a coleta e a divulgação dos resultados da pesquisa passam a seguir calendário anual, interrompido nos anos de execução do Censo Demográfico. A pesquisa foi interrompida em 1974-1975 por ocasião da realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF e, em 1994, por motivos excepcionais.

No decorrer do tempo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD teve sua área de abrangência geográfica de pesquisa progressivamente ampliada e sofreu alterações decorrentes da divisão político-administrativa do Brasil.⁵ Em 1971, resultados foram divulgados para as áreas urbanas e rurais da Região Sul e do estado de São Paulo. Em 1972, a cobertura foi ampliada para as áreas urbanas e rurais da Região Nordeste e do Distrito Federal. Em 1973, foram alcançadas as áreas urbanas das Regiões Centro-Oeste e Norte. Em 1981, a coleta alcançou a área rural da Região Centro-Oeste. Em 1988, o território do antigo estado de Goiás foi desmembrado e constituiu os atuais estados de Goiás e do Tocantins, que foi incorporado à Região Norte. De acordo com a documentação sobre a evolução histórica da pesquisa, essas alterações foram incorporadas somente a partir de 1992. No período de 1992 a 2003, as informações representaram a totalidade das áreas urbanas e rurais dos estados de todas as regiões do país, exceto as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em 2004, a pesquisa alcança as áreas rurais da Região Norte, atingindo cobertura nacional. Agrega, portanto, as informações das áreas urbana e rural de todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

A PNAD é realizada através de amostra probabilística de domicílios em três estágios de seleção. Primeiramente, são selecionadas as unidades primárias da amostra, os municípios a serem pesquisados. Em seguida, as unidades secundárias, ou seja, os setores censitários. Por fim, as unidades terciárias constituídas pelas unidades domiciliares, que podem ser classificadas como domicílios particulares ou unidades de habitação em domicílios coletivos. Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) é utilizada a divisão territorial e a malha setorial do Censo Demográfico precedente.

⁵ Criação de novos estados, municípios, implantação de novas regiões metropolitanas, etc.

Um fato que merece atenção é que a PNAD vem passando por importante processo de aperfeiçoamento, no qual se destacam alterações metodológicas, conceituais e processuais, cujo fito é melhorar a qualidade das informações obtidas. Em linhas gerais, a partir de 1992, por exemplo, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, de modo a captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividades econômicas anteriormente não incluídas entre os afazeres da população ocupada. Em 2002, adequaram-se à normatização em vigor as classificações de ocupações e atividades econômicas. Em 2007, a pesquisa sofreu ajustes no tema educação para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, estabelecida na Lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.

O instrumento de coleta da pesquisa está organizado de acordo com a categorização das informações a seguir: 1 - características da unidade domiciliar; 2 - características gerais dos moradores; 3 - migração; 4 - educação; 5 - trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade; 6 - trabalho e rendimento, dos moradores de 10 anos ou mais de idade; e 7 - fecundidade.

A metodologia utilizada no Suplemento de Segurança Alimentar aplicado nas edições 2004 e 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD tem o objetivo de detectar e dimensionar os problemas de insegurança alimentar no país. As perguntas foram elaboradas utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, que tem como objetivo captar a percepção do entrevistado para aferir a segurança alimentar no domicílio.

A validação do método da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar adaptou a escala do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos ao caso brasileiro (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2000; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2003; ESCAMILLA et. al, 2004).

Os resultados dos Suplementos de Segurança Alimentar mostram associação forte entre rendimentos *per capita* baixos e ocorrência de insegurança alimentar nos domicílios (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). Há outras variáveis relacionadas à cor e sexo, número de moradores em geral e de menores de 18 anos de idade no domicílio.

O método estabelece pontos de corte fixados de acordo com o registro de respostas positivas ou negativas ao conjunto de perguntas do instrumento de coleta. Os domicílios que não responderam positivamente às quatro perguntas iniciais são classificados em situação de segurança alimentar, sendo o questionário encerrado. Aos domicílios que responderam positivamente a pelo menos uma destas perguntas, apresenta-se um conjunto de 14 perguntas, as 11 primeiras a serem respondidas num primeiro bloco pelos moradores de 18 anos ou mais de idade. As quatro perguntas restantes são concernentes aos moradores de 0 a 17 anos de idade.

O questionário investiga ainda diversas situações de insegurança alimentar que podem acontecer com os moradores dos domicílios entrevistados. Para tanto, se vale de 14 perguntas, todas vinculadas em seu enunciado à falta de dinheiro para comprar comida: a) a preocupação de que o alimento acabe; b) a redução da quantidade de alimentos; c) deixar de fazer alguma refeição; d) comer menos; e) sentir fome e não comer; f) perder peso; g) quantidade de peso perdida; h) fazer apenas uma refeição ou ficar o dia todo sem comer; i) deixar de ter alimentação saudável e variada; j) não comer quantidade suficiente de comida; e k) diminuir a quantidade de alimentos das refeições.

Pela metodologia estabelecida na EBIA, a quantidade de respostas positivas permite classificar os domicílios nas situações de: a) segurança alimentar, b) insegurança alimentar leve, c) insegurança alimentar moderada e d) insegurança alimentar grave.

Os *scores* de pontuação são diferenciados para domicílios com maiores de 18 anos de idade e sem menores de 18 anos.

Outro assunto de interesse para a segurança alimentar foi objeto de outro suplemento especial na edição 2004 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. A edição 2004 divulgou adicionalmente os resultados de um suplemento referente aos temas: o acesso às transferências de renda de programas sociais e aspectos complementares de educação, que incluíam o acesso à alimentação nas escolas. Este suplemento, que vinculava alimentação nas escolas e transferência de rendas, não foi reaplicado em outras edições.

Comentários Finais

Para o cumprimento de uma meta política garantidora de direitos sociais é preciso, antes de tudo, monitorar os indicadores a ela vinculados ao longo do tempo, de modo a acompanhar o resultado das políticas e ações governamentais naquele campo. A garantia do Direito Humano à Alimentação (DHA) depende da implementação das políticas previstas na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN⁶, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar - SISAN, integrado pelos entes federados – União, estados e municípios e por organismos pluripartites dos quais participam governo e sociedade civil nas distintas esferas. Entre outros aspectos, o Art. 9 da Lei estabelece que o sistema tem como base diretriz, no seu parágrafo III, “o monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo”; tornando necessária a efetiva consolidação de um sistema nacional de monitoramento da (in)segurança alimentar e nutricional da população brasileira. A aplicação contínua dos diferentes métodos

⁶ LOSAN, nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

de aferição das condições de segurança alimentar e nutricional das populações pode conduzir a avaliações válidas e esclarecedoras dos progressos realizados.

O país dispõe de uma base de dados ampla e recente que nos permite desnudar diferentes facetas dos problemas de (in) segurança alimentar dos brasileiros, contribuindo deste modo para um conhecimento mais aproximado da realidade nacional. O acompanhamento da evolução das condições de segurança alimentar e nutricional da população no decorrer do tempo depende, contudo, da replicação periódica e regular destes procedimentos ao longo do tempo, nos mesmos veículos de pesquisas anteriormente realizados, de modo a que se construam séries históricas consistentes para a realização desta tarefa.⁷

No momento em que ocorrem as discussões sobre a reformulação do sistema integrado de pesquisas domiciliares e a constituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar é importante tratar das possibilidades de uso das fontes de dados e indicadores existentes. A reformulação das pesquisas domiciliares vai harmonizar o conteúdo temático e conceitual básico e integrar a amostra mestra das pesquisas. Para atingir este objetivo, mudanças substantivas estão em fase de teste e outras já se encontram em curso, como é possível observar no portal de internet do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.⁸

⁷ Um exemplo do que é possível fazer para construir um sistema de monitoramento de indicadores de segurança alimentar e nutricional é facilmente visualizado no portal do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Em 22 de novembro de 2010, o Conselho lançou um conjunto de indicadores para o monitoramento da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, ver: <http://www4.planalto.gov.br/consea>

⁸ (Na ocasião da realização do 8º Fórum que encaminha a Reformulação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, realizado em 9 de julho de 2010, composto por representantes das organizações gestoras, usuárias e produtoras do Sistema Nacional de Informações Estatísticas e Geográficas, eram anunciadas as modificações previstas em linhas gerais: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua será trimestral e substituirá a atual PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego - PME. As Pesquisas de Orçamentos Familiares - POF terão um sistema composto por uma versão completa prevista para cada 5 anos e versão simplificada anual. A Pesquisa de Economia Informal - ECINF foi concebida para o sistema, visto que o trabalho e a economia informais não são pesquisados de modo adequado atualmente. Está prevista a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz –

O Suplemento de Segurança Alimentar, utilizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004 e 2009, é um importante instrumento de pesquisa. O método da Escala Brasileira de Segurança Alimentar - EBIA foi adaptado e validado para o país e vem sendo aperfeiçoado, seja nas ocasiões em que foi efetivamente aplicado na pesquisas domiciliares, seja em oficinas técnicas constituídas para tratar exclusivamente do assunto (BRASIL, 2010).

A Escala Brasileira de Segurança Alimentar é uma escala psicométrica que se baseia na percepção do entrevistado sobre questões pertinentes às condições da alimentação dos moradores do domicílio. O somatório das respostas constitui um *score* de pontuação, que deve ser observado em conjunto e que fornece informações sobre a situação de Segurança Alimentar dos moradores dos domicílios brasileiros. Em suas duas edições na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e na sua edição Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS, o Suplemento de Segurança Alimentar mostrou que a insegurança alimentar está diretamente vinculada a fatores sociodemográficos dos moradores e características do domicílio e da unidade domiciliar (PESSANHA; GOMES; MITCHELL, 2009; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A importância do Suplemento de Segurança Alimentar, veiculado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, está em permitir o cruzamento de informações sobre trabalho e ocupação, rendimento, educação, características dos moradores e das unidades domiciliares com as informações relacionadas aos vários estados de Segurança Alimentar. Outra possibilidade aberta por este veículo de pesquisa foi o cruzamento

FIOCRUZ e o Ministério da Saúde, permanecendo aberta a possibilidade de realização de outras pesquisas que sejam do interesse dos usuários do sistema. Está em processo de organização a harmonização dos conceitos de vocabulário dos instrumentos de coleta, bem como a definição de um conteúdo único comum para as pesquisas domiciliares. Está em fase final de construção a infraestrutura amostral necessária à direção de todas as pesquisas do sistema, de modo integrado à denominada amostra mestra (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd>).

destas informações com as variáveis de transferências de rendas, o que também possibilita uma inquestionável articulação de resultados possíveis. Os dados disponibilizados permitem a confrontação da condição de segurança alimentar dos moradores de domicílios com outras variáveis relacionadas às necessidades humanas básicas, tais como condições de habitação, acesso a saneamento básico e coleta de lixo, acesso à educação, entre outros itens (PESSANHA; GOMES; MITCHELL, 2009; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a). Se o Suplemento for mantido nesta pesquisa, se mantém o acompanhamento da evolução dos indicadores no tempo e sua comparabilidade.

Uma vez implantado o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD, todos os instrumentos terão um núcleo comum, que tratará de perguntas sobre sexo, cor ou raça, idade, composição do domicílio, nível de instrução dos moradores. As edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua terão foco nos aspectos de trabalho, rendimento, trabalho infantil, migração e outros temas. As edições da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF terão foco nos aspectos de condição e posição na ocupação, consumo, rendimento e também permitirão a incorporação de outros temas. Ambas as pesquisas utilizarão a amostra mestra para realizar sua amostra probabilista e terão cobertura territorial de abrangência nacional.

Se o referido Suplemento estiver atrelado à Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, em sua versão denominada POF Completa, importantes combinações poderão ser obtidas, tais como a situação de Segurança Alimentar com gastos com alimentos, hábitos de consumo alimentar das famílias; a avaliação antropométrica dos membros das famílias; rendimentos das famílias; e percepção de condições de vida dos moradores, incluindo a percepção do entrevistado sobre a quantidade e qualidade dos

alimentos consumidos. Do ponto de vista dos autores, o que não pode ser perdido é o acompanhamento da evolução histórica dos indicadores produzidos pela Escala Brasileira de Segurança Alimentar, que deve ser aplicada regularmente em sua versão integral.

Outro debate que se inicia agora é o Projeto de Reformulação das Pesquisas Agropecuárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que inclui a revisão das atuais pesquisas contínuas e a implantação de novas pesquisas que permitam retratar e acompanhar adequadamente a agropecuária brasileira, com destaque para a proposta de criação de um Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA). As estatísticas agrícolas são de especial interesse para o tema do Direito Humano à Alimentação.⁹

Por esses motivos, é oportuno que os gestores, usuários e pesquisadores no campo das políticas na área de políticas sociais e da Segurança Alimentar Nutricional estejam cientes das implicações dos debates sobre as mudanças no sistema estatístico nacional, que ocorrem no âmbito da instituição gestora do Sistema Nacional de Informações Estatísticas e Geográficas.

Submetido em 30 de maio de 2010 e aceito para publicação em 30 de outubro de 2010.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Relatório da Oficina*

⁹ Projeto de Reformulação das Pesquisas Agropecuárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que inclui a revisão das atuais pesquisas contínuas e a implantação de novas pesquisas que permitam retratar e acompanhar adequadamente a agropecuária brasileira, com destaque para a proposta de criação de um Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA). Para maiores informações, ver: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/prpa/default.shtm>>.

Técnica para Análise da Escala de Medida Domiciliar da Insegurança Alimentar. Brasília, 2010. (Nota técnica n. 128).

CAVALCANTE, Ana A. M.; PRIORE, Silvia Eloiza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo C. A food consumption studies: general methodological aspects and its use in the evaluation of children and adolescents aged. *Rev. Bras. Saúde Mater. Infant*, Recife, v. 4, n. 3, p. 229-240, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATION. *International Scientific Symposium on Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition - Summary of Proceedings*. Rome, 2002.

_____. *Report on the Workshop on Improving Measurement and Assessment Of Food Deprivation and Undernutrition*. Rome, 2005.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATION. Food Insecurity and Vulnerability Information and Mapping Systems. *International Scientific Symposium on Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition - Executive Summary*, 2002.

FREITAS, Marcos P. S. et. al. 2010. *Amostra mestra para o sistema integrado de pesquisas domiciliares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Textos para discussão. Diretoria de pesquisas, n. 23). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/artigos_pub.shtm>..Acesso em: 30 nov. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Suplemento de Segurança Alimentar 2004. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro, 2010a.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, v. 30. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Antropometria e análise do estado nutricional de crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro, 2006a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Aquisição alimentar domiciliar *per capita* - Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, 2004.

LEVY-COSTA, Renata Bertazzi et. al. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 530-540, ago. 2005.

MASON, John, B.: Measuring hunger and malnutrition – Keynote paper. In: *International scientific symposium on measurement and assessment on food deprivation and undernutrition*. Rome, 2002.

MATSUMOTO, Adriana Eiko. O terrorismo de Estado e a constituição de um estado penal transnacional: reflexões a partir do materialismo histórico-dialético. In: ENCONTRO NACIONAL ABRAPSO, 15., 2009, Maceió. Anais do XV Encontro Nacional ABRAPSO.

OSMANI, Siddiqur R. Measuring hunger and malnutrition - Discussant Report. In: *International scientific symposium on measurement and assessment of food deprivation and undernutrition*. Rome, 2002.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 215 p.

PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. Seguridad Alimentaria y Nutricional: Marco Conceptual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. *Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI*, Brasília: UnB, 2005.

PESSANHA, Lavínia. A Experiência Brasileira em Políticas Públicas para a Garantia do Direito ao Alimento. *Cadernos de Debate: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 1-37, 2004.

PESSANHA, Lavínia, GOMES, Newton, MITCHELL, Paulo. Segurança Alimentar e Nutricional e Necessidades Humanas Básicas: análise teórica da relação entre os conceitos e construção de indicadores aplicados ao caso brasileiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Leticia. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVA, Edilson Nascimento. Pesquisa de orçamentos familiares - características gerais. In: *Consumo alimentar: as grandes bases de informação*. Simpósio. São Paulo, Instituto Danone, 2000. 80p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Faculdade de Ciências Médicas. Departamento de Medicina Preventiva Social. Acompanhamento e Avaliação da Segurança Alimentar de Famílias Brasileiras: Validação de Metodologia e de Instrumento de Coleta de Informação. Campinas, 2003. (Relatório Técnico).

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Measuring Household Food Security. In: *Food Security in the United States*, 2000. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/Briefing/FoodSecurity/measurement.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

VANNIER-SANTOS, Maria Cristina; PESSANHA, Lavínia; BARBOSA, Maria Tereza Serrano. *Segurança Alimentar e Nutricional e Indicadores Sócio-Econômicos*. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, 5-6, nov. 2007, Belo Horizonte.